

Esquecimento e memória da vontade: o agonístico na grande política segundo Nietzsche

Forgetfulness and memory of the will: the agonistic in the great politics according to Nietzsche

RESUMO

Desde "O Nascimento da Tragédia" o embate apolíneo-dionisíaco ocupa lugar de grande importância na obra nietzschiana. O Agon é encarado por Nietzsche como a expressão de forças vitais que, em permanente embate, atuam na elaboração do próprio homem. Este trabalho tem por objetivo principal estabelecer algumas notas sobre a presença de um caráter agonístico na obra nietzschiana. Mais especificamente, queremos avaliar como Nietzsche trata do agonístico no que concerne à elaboração da Grande Política. Para tal, veremos como o filósofo propõe o reavivamento do embate entre memória e esquecimento em prol da elaboração de um tipo de indivíduo soberano responsável pela possibilidade de superação da pequena política.

Palavras-chave: Esquecimento. Memória. Grande Política. Agonístico. Nietzsche.

ABSTRACT

Since "The Birth of Tragedy" the apollonian-dionysiac feud has been a centerpiece of the Nietzschean oeuvre. The 'agon' is taken by Nietzsche as an expression of vital forces which, in constant struggle, shape humankind's development. This work has as its chief objective to establish a few points about the agonistic features of Nietzsche's work. Specifically, we wish to assess how he deals with agonism with respect to the elaboration of Grand Politics. To this end, we examine how the

* Doutorando em Filosofia.

philosopher proposes the revival of a clash between mimesis and forgetfulness, in view of elaborating a kind of sovereign individual who is responsible do overcome small politics.

Keywords: Forgetfulness. Mimesis. Grand Politics. Agonistic. Nietzsche.

Primeiras considerações

Se pudéssemos delinear sobre o que se trata o *corpus* da obra nietzschiana arriscaria dizer que temos ali uma *filosofia da/para (a) vida*. Desde seus escritos juvenis até sua obra mais madura, Nietzsche interessou-se em pensar sobre as diversas elaborações concernentes à vida humana. Sendo a política uma importante dessas elaborações, veremos aqui como Nietzsche avaliou alguns aspectos da política em seu tempo e o que o filósofo propôs ser retomado. Em nossa tarefa veremos como esquecimento e memória representam um pouco do caráter agonístico presente na vida e como a partir de ambos podemos repensar a política.

Ainda que não tenha desenvolvido uma teoria política acabada, Nietzsche esteve ciente das discussões políticas de seu tempo e, sobretudo, atento aos modos como estavam sendo desenvolvidas as relações entre Estado e sujeito. Dentre seus principais conceitos, a promessa de superação do homem, conforme pensou Nietzsche, foi erroneamente encarada basicamente de duas formas: como um processo antipolítico e não político (LEMM, 2009, p.30). Como uma interpretação antipolítica temos a apropriação nazista, ou de outros representantes totalitários, do pensamento nietzschiano. Do lado não político o além-homem nietzschiano é visto como um tipo de moral perfeccionista próxima ao ideário liberal-democrático (LEMM, 2009, p. 31).

Existe, assim, a necessidade de uma interpretação da filosofia nietzschiana que não cometa esses erros citados. O ponto de partida deve ser então a vida, compreendida não somente em seus aspectos culturais, como também em sua animalidade. A vida é facilmente dominada e enfraquecida quando negamos o papel da animalidade nas elaborações humanas. Dentre diversos elementos ligados à animalidade, nos deteremos, sobretudo, em dois aspectos que estão ligados à constituição de nossa sociedade e que serão de fundamental importância para uma nova elaboração de homem, de cultura, de moral e de política. São eles memória e esquecimento. Antes, porém, vejamos *en passant* alguns elementos da crítica de Nietzsche à política de seu tempo, principalmente aquela de tradição democrática liberal.

Crítica à democracia

Os escritos de Nietzsche a respeito da política têm duras críticas tanto a liberais como a socialistas. Ambos podem ser compreendidos como expressão de um movimento de apequenamento do homem. Nos ideais democráticos modernos temos a secularização dos princípios judaico-cristãos, principalmente

aquele relativo à igualdade dos homens perante Deus. “O movimento democrático por meio da igualdade, possui a mesma lógica utilizada pelos judeus para continuar sobrevivendo como nação, com o supremo objetivo de conservação.” (VIESENTEINER, 2006, p.63).

Assim, atento ao movimento político de sua época, o que preocupava Nietzsche, sobretudo, era o caráter massificador das democracias liberais. A democracia deve compreendida como a expressão política da moral de rebanho. Nas palavras de Ansell-Pearson:

O que Nietzsche compreende por democracia liberal é uma sociedade baseada, entre outras coisas, em uma secularização de valores cristãos, inclusive uma igualdade niveladora, um culto de piedade e compaixão, uma ênfase no isolamento e uma desvalorização da política como arena do conflito. (ANSELL-PEARSON, 1997, p.165).

Enquanto os ideais democráticos vendem a ideia de igualdade como um direito de todos, a saber, os partidos políticos modernos, funcionam como promotores da igualdade apenas em um momento inicial. Tão logo os ânimos estejam nivelados tem-se então os indivíduos reduzidos ao silêncio e ao ridículo papel de meros ouvintes de alguém poderoso que tomou o lugar de líder (NIETZSCHE, 2016, p.154). Além disso, Nietzsche no aforismo 438 de *Humano Demasiado Humano* descreve os partidos de sua época como incentivadores demagógicos da estupidez coletiva (NIETZSCHE, 2000, p. 237). A política moderna está demasiado preocupada com a felicidade das massas. Exemplo maior do engajamento moderno das massas em busca da mais rasa felicidade pode ser apontado a partir do enaltecimento do trabalho, atividade que, segundo Nietzsche, garante as satisfações regulares e fáceis (NIETZSCHE, 2016, p.118). Por isso ele nos propõe, em prol da contínua superação do homem, isto é, da própria vida, que retomemos os ideais políticos aristocráticos¹.

Nietzsche, por meio do estudo genealógico dos valores morais, nos fala sobre a sobreposição da moral judaico-cristã em relação a outros valores possíveis. Sendo sua proposta em relação à política que superemos as amarras pacificadoras e paralisantes da democracia e retomemos a compreensão da política como uma genuína esfera do conflito. Para entender como isso poderia se dar, vejamos a seguir de que maneira a memória da vontade enquanto instrumento civilizatório colocou em segundo plano o papel do esquecimento nos negócios humanos, o que pode ser compreendido como um descompasso no diálogo político agonístico. Em seguida, veremos como o filósofo nos propõe retomar o *agon* na política a partir do incentivo da força criadora inerente ao esquecimento e ao poder de fazer promessas.

¹ No aforisma 267 de *Aurora*, diz Nietzsche (2016, p.163) “Por que tão orgulhoso? – Um caráter nobre distingue-se de um vulgar pelo fato de não ter à mão, como este, certo número de hábitos e pontos de vista: por acaso não lhe foram transmitidos por hábito ou educação”, nesse sentido, devemos entender por ideal político aristocrático esse tipo de caráter nobre em que tenhamos a possibilidade de desenvolver nós mesmos nossos próprios valores, não sendo estes jamais nivelados a partir de réguas valorativas pré-concebidas.

Memória da vontade e esquecimento

Lemm defende a tese segundo a qual, a partir da perspectiva da “animalidade” da qual nos fala Nietzsche, a promessa do Além-homem carrega a ideia de uma liberdade enquanto responsabilidade, isto é, algo que pode ser compreendido como um elemento político na vida do animal humano. Quando o homem reconhece o potencial de sua animalidade, torna-se-lhe possível o surgimento de novas formas de cultura e de política fundadas em sua própria responsabilidade (LEMM, 2009, p.31). Diferentemente do que se pode primeiro pensar, essa responsabilidade da qual nos fala Nietzsche é dada a partir da experiência da liberdade.

Ao contrário do que boa parte da tradição filosófica política moderna defende, Nietzsche discorda da afirmação de que a sociedade foi firmada a partir de um contrato voluntário entre seus membros, isto é, Estado e sociedade estão fundados em algum tipo de ato violento, ilegítimo e injusto. Sendo que estas, violência e injustiça, não se resumiram ao início da vida política e social, elas se estendem por toda a história e interferem nos mais diversos aspectos da vida humana. Nietzsche, porém, não deixa de fazer ressalvas. A violência é vista pelo filósofo como um artifício de certa importância para a política. O que o incomodava, sobretudo, era a hipocrisia de sua época (e que continua predominante no século XXI) que insistia em fantasiar a violência como algo inexistente.

Essa violência das instituições políticas e sociais surge do que Nietzsche denomina de “memória da vontade” (*memory of the will*). Memória e esquecimento são duas “habilidades” que compartilhamos com diversos outros animais. Graças a elas somos capazes de construir nossa vida social. O que Nietzsche denomina de memória da vontade é a capacidade de superar nossas singularidades em favor de uma estabilidade e uma segurança na vida em sociedade.

A memória e o esquecimento são duas capacidades humanas² que representam um pouco do elemento agonístico que a vida carrega. O esquecimento, ao passo que nos retira do compartilhamento de uma mesma carga de valores e de história, nos permite compreender a nós mesmos como iguais justamente por cada um representar uma singularidade. A memória, por sua vez, promove a equidade a partir do compartilhamento de uma identidade. O problema, segundo Nietzsche, é a total subjugação do esquecimento pela memória, i.e., a desvalorização de parte de nossa animalidade que responde pelo esquecimento³. Com isso abdicamos de nossa singularidade em prol da segurança provida pela uniformização social.

De acordo com o discurso genealógico de Nietzsche, o animal humano é incapaz de manter uma Grande Saúde tal como o singular e esquecido

² Mas não somente humanas. Compartilhamos com os demais animais essas duas capacidades. O que podemos destacar é que, ao contrário do ser humano, os animais não humanos parecem saber desfrutar mais do esquecimento. O esquecimento está mais próximo de uma vida saudável, enquanto que a memória parece carregar consigo o ressentimento e outros sentimentos que tornam doente a vida. No aforismo 393 de *Aurora* diz Nietzsche: “Virtudes perigosas – ‘ele não esquece nada, e perdoa tudo.’ – Então será duplamente odiado, pois envergonha duplamente, com sua memória e com sua generosidade” (2016, p.192).

³ Em *Humano Demasiado Humano II*, diz Nietzsche: “A boa memória. – Alguns não se tornam pensadores porque sua memória é boa demais” (§122, p.61).

animal. Com o objetivo de sobreviver, ele precisa transformar-se em um animal de rebanho – um ser inerentemente sociável e propenso à vida em grupo. (LEMM, 2009, p. 32, tradução nossa).

A sociedade e as suas instituições são vistas por Nietzsche como forças necessárias. O perigo está na ausência de uma “contraforça” que permita a continuidade do embate agonístico entre diferentes forças da vida humana. A capacidade de prometer é apresentada por Nietzsche como uma “contradição” na constituição do humano no sentido de que liga a força da memória, necessária para a realização causal da promessa, à força do esquecimento, importante traço de nossa animalidade e possibilitador da elaboração do novo (NIETZSCHE, 2009, p.43). Assim, o esquecimento e a memória são considerados por Nietzsche como duas forças importantes para a vida.

Ainda que participantes de uma relação de tensão, a própria memória da vontade tem um aspecto do esquecimento. Isso se dá porque em sua tarefa de constituição da sociedade necessita que os sujeitos esqueçam a violência inerente ao processo civilizatório. Por meio de uma narração histórica falsa e ideologicamente contaminada, a memória substitui a parte obscura presente desde nosso começo como civilização. Assim, a partir dessa memória da vontade, surge o animal de rebanho (LEMM, 2009, p.34).

Nesse caminhar a memória da vontade retira-nos da convivência particular com nossa individualidade e nos faz crer que aqueles que se afastam do convívio social representam um perigo e, por isso, devem ser combatidos. Essa sujeição, também chamada de socialização, moralização ou humanização, torna-se a maior barreira para a elaboração do Além-homem.

A criminalização e marginalização do singular e esquecido animal é principalmente alcançada por meio de um discurso moral que aponta a singularidade como reveladora de egoísmo e o esquecimento como revelador de irresponsabilidade. (LEMM, 2009, p. 35, tradução nossa).

Dado que Nietzsche de forma alguma demoniza a civilização, suas instituições, a memória, e mesmo a violência dos processos sociais e políticos, o desafio que o filósofo nos lança é: como conciliar a existência dos elementos civilizatórios com a força animal do esquecimento?

Na Segunda Dissertação da *Genealogia da Moral*, Nietzsche descreve o surgimento da noção de responsabilidade a partir dessa força da memória da vontade (NIETZSCHE, 2009, p.44). Ao prometer, lançamos mão de algo futuro, dado então o forte poder da memória e o desvencilhar da força do esquecimento animal nessa tarefa tornamo-nos confiáveis, constantes, necessários, i.e., responsáveis. O cultivo do animal capaz de fazer promessas deve ser uma das principais tarefas de uma humanidade que se queira forte. Segundo Nietzsche, serão esses sujeitos que poderão nos indicar como viver em companhia de outros de forma livre e com a presença de instituições políticas e sociais. A promessa, nesse sentido, é uma tarefa que lança um olhar para o horizonte e indica ao sujeito um compromisso, uma responsabilidade, algo que deverá cumprir e, assim, manter isso em mente.

A questão que Nietzsche nos lança é: precisamos elaborar um tipo de memória que veja no esquecimento também uma ferramenta, uma força, para a elaboração de tipos de vida (NIETZSCHE, 2009, p.45). Enquanto não dermos conta de

assumir as muitas forças que estão envolvidas em nossa vida, estaremos presos ao violento processo civilizatório, moralizante e político que nos nega nossa própria vitalidade. Assim, o surgimento de nossa capacidade de fazer promessas pode vir a permitir que o trabalho agonístico seja seguido.

O animal humano, capaz de fazer promessas e tornar-se um indivíduo soberano poderá superar a violência política e moral por meio da autorresponsabilidade, a qual não estará mais alicerçada só na memória, mas que terá raízes na própria animalidade e no esquecimento inerente a esta. Esse indivíduo soberano, detentor do direito de fazer promessas, deverá estar livre das amarras de toda moralidade dos costumes, bem como da violência exploradora e dominadora de um tipo de civilidade degeneradora de seus instintos e forças, i.e., de sua animalidade.

Essa soberania da qual fala Nietzsche deve ser compreendida como uma resposta crítica à sociedade uniformizada em que os indivíduos formam uma massa. Cada indivíduo deveria ser visto como um milagre dada sua singularidade (LEMM, 2009, p.40). Aqui é necessário tomarmos cuidado com o sentido que será dado ao conceito de soberania. Tal como outros conceitos nietzschianos que sofreram terríveis deturpações por parte de sujeitos, de instituições e de estados, devemos ter cautela em relação à compreensão do termo soberania. Soberania, nesse sentido, está além de qualquer dominação. Sobre isso diz Vanessa Lemm:

Em contraste com a noção de que soberania em Nietzsche designa um empoderamento do eu sobre os outros, eu defendo a tese de que tal soberania se trata de um empoderamento do sujeito que resulta da superação da necessidade de dominação do outro. Soberania provém de uma autossuperação que conduz o sujeito além de si mesmo, em direção ao outro e em direção ao livre comprometimento para com o outro. Isso supera a civilização e nos conduz a formas de sociabilidade baseadas em uma ilimitada autorresponsabilidade. (LEMM, 2009, p.40, tradução nossa).

O indivíduo soberano não tem um tipo de liberdade que pertença a sua animalidade ou mesmo que seja relacionada somente a si próprio, ao contrário, a liberdade só pode ser bem compreendida a partir da existência de outros indivíduos. Liberdade, nesse sentido, não é estar acima do outro, mas poder estar antes de si mesmo em relação a qualquer outro. A liberdade pode ser compreendida, assim, como responsabilidade.

Considerações finais

Lemm chama de política agonística da responsabilidade a promessa de soberania individual tal como pensada por Nietzsche (LEMM, 2009, p.41). O filósofo, como dito anteriormente, não nega a importância da existência de instituições políticas fortes e, mesmo, chega a afirmar a necessidade de sua existência⁴. O

⁴ Tanto as instituições políticas como as diversas religiões podem e devem ser utilizadas por aqueles que são espíritos livres e criadores. Sobre isso diz Nietzsche em "Além do bem e do mal": "O filósofo tal como nós o entendemos, nós, espírito livres – como o homem da responsabilidade mais ampla, que se preocupa com a evolução total do homem: esse filósofo se utilizará das religiões para a sua obra de educação e cultivo, do mesmo modo que utilizará das condições políticas e econômicas do momento" (NIETZSCHE, 2005, p.58, §61).

conflito (*agon*) deve existir devido à necessidade de contrabalançar a força das instituições políticas com o cultivo de outras forças da animalidade humana. Promover a resistência à forte institucionalização da liberdade recebe, assim, o nome de política agonística da responsabilidade.

A promessa da soberania individual é uma contrapromessa à memória da vontade que protege a liberdade e a pluralidade humana por meio do que pode ser chamado de uma agonística política da responsabilidade. (LEMM, 2009, p.31, tradução nossa).

A partir do momento em que a distinção de papéis entre fazedores de regras e aqueles que as seguem é abolida, a possibilidade de uma autêntica liberdade se manifesta. No entanto, algum grau de diferença ainda deve ser preservado, pelo menos no que diz respeito às particularidades de cada indivíduo. Assim, a diferença entre homens deve ser preservada e incentivada não porque deixe margem para um tipo de avaliação comparativa, mas sim porque só a partir da diferença o elemento agonístico pode prevalecer como um conflito criador de diversas formas de vida e de socialização.

Uma política agonística da responsabilidade como pensada por Nietzsche afeta nossas relações não apenas postumamente, i.e., quando uma promessa alcança sua realização no futuro. Ao antecipar o futuro por meio de uma promessa abrimos uma fissura no presente⁵. Tal como ele mesmo se denomina, um homem nascido póstumo, nem sempre essa característica será bem compreendida. Isso ilustra quão importante é essa tarefa de superação dos processos civilizatórios que nos mantêm distantes das possibilidades de uma Grande Política.

Nietzsche permanece uma leitura importante para aqueles que se preocupam com a tarefa de manter a vida como centro das elaborações humanas. Ao fim, lembramos as três metamorfoses indicadas por Zarathustra que ilustram bem o processo de estabelecimento do social, mas que também nos dizem sobre o caminho possível para a transvaloração: o camelo, símbolo da memória da vontade, rebaixado ao posto de perpetuador de uma pesada tradição doente; o leão, ao contrário do camelo, como aquele que se vê capaz de dizer não à carga milenar que lhe pendia às costas; a criança, símbolo de inocência e esquecimento, única capaz de dar vazão à vontade de vida, desinteressada por qualquer verdade, unicamente engajada em brincar e em criar o sempre novo.

Referências bibliográficas

ANSELL-PEARSON, Keith. *Nietzsche como pensador político: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1997.

LEMM, Vanessa. *Nietzsche's Animal Philosophy: culture, politics, and the animality of the human being*. New York: FUP, 2009.

⁵ No aforisma 350 de *Aurora* diz Nietzsche (2016, p.183): "Como prometer melhor. – Quando se faz uma promessa, não é a palavra que promete, mas o inexprimido por trás da palavra. Sim, as palavras tornam uma promessa menos vigorosa, ao descarregar e consumir uma força que é parte da força que faz a promessa. Logo, estendam a mão e coloquem o dedo sobre a boca – assim farão as juras mais seguras. ”.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Aurora*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Humano Demasiado Humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Humano Demasiado Humano: um livro para espíritos livres*. v. II. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

STEGMAIER, Werner. "A transvaloração de Nietzsche como destino da filosofia e da humanidade?" In: JÚNIOR, Ivo da Silva (Org.). *Filosofia e Cultura: Festschrift em homenagem a Scarlett Marton*. São Paulo: Barcarolla, 2011.

VIESENTEINER, Jorge Luiz. *A grande política em Nietzsche*. São Paulo: Annablume, 2006.

Sobre o autor

Doutorando em Filosofia – UFG. Professor de Filosofia - IFPI. E-mail: joao.farias@ifpi.edu.

Recebido em 21/7/2018

Aprovado em 11/11/2018

Como referenciar esse artigo

JÚNIOR, João Batista Farias. Esquecimento e memória da vontade: o agonístico na grande política segundo Nietzsche. *Argumentos: Revista de Filosofia*. Fortaleza, ano 11, n. 21, p. 166-173, jan.-jun. 2019.